

Deputados negam apoio para convocação extra

Faltam mais de 190 assinaturas de deputados para que o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena, possa convocar as duas Casas para sessões extraordinárias a partir do dia 18. Com o esvaziamento da Constituinte, a liderança do PMDB na Câmara, encarregada de colher estas assinaturas para o requerimento de convocação do Congresso, volta a trabalhar neste sentido a partir de quinta-feira, quando os parlamentares devem retornar para a apresentação de emendas ao projeto de Constituição. Até o final da tarde de ontem, apenas 130 deputados haviam aderido à lista. O Senado, no entanto, já encaminhou seu pedido assinado por 50 membros da Casa.

A razão da necessidade de convocação extraordinária no período de recesso da Câmara e do Senado, é a mesma que levou os parlamentares a solicitarem a atividade do Congresso entre dezembro e fevereiro últimos. Há uma grande

quantidade de matérias em tramitação, algumas ainda nem colocadas em pauta. Nem mesmo o decreto do ex-ministro Bresser Pereira, já colocado em prática e descartado pelo próprio Governo, foi ainda apreciado.

Se deputados e senadores não conseguirem "esvaziar" as gavetas desta vez, a exemplo do que ocorreu na última convocação extraordinária, muitos decretos-leis deixarão de ser apreciados e serão revogados imediatamente após a promulgação da nova Constituição. Há um dispositivo no projeto constitucional que prevê a revogação de todas estas matérias se não forem votadas até a data de assinatura da Carta. Entre elas se encontra o decreto que congelou a URP dos servidores públicos nos meses de abril e maio.

A convocação do Congresso, como já alertaram os senadores, não causará ônus extraordinários, pois será utilizada a máquina administrativa da própria Constituinte, que funciona normalmente neste período. O trabalho das duas Casas incluirá apreciação de mensagens presidenciais, proposições de iniciativa parlamentar, escolha de embaixadores e vários projetos de interesse geral.

